ISSN: 2358-8829

REPRESENTAÇÕES ESTEREOTIPADAS DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Silvyenne Marlys da Silva Vieira [1]
Larissa Petrusk Santos Silva [2]

INTRODUÇÃO

A presença dos povos indígenas na história do Brasil é frequentemente apresentada por meio de narrativas que os situam predominantemente no passado, associando-os à chegada dos portugueses, à colonização e a costumes considerados fixos. Essa representação reduz a diversidade dos povos originários e pode contribuir para a invisibilização de suas experiências históricas, de suas formas de organização e de sua presença na sociedade contemporânea. No contexto escolar, questionar essas imagens é parte importante de uma educação histórica comprometida com a pluralidade e com o reconhecimento de diferentes sujeitos históricos.

O ensino de História tem papel relevante nesse processo porque permite examinar como as narrativas sobre o passado são construídas, quais grupos ganham visibilidade e quais experiências são marginalizadas. Ao abordar os povos indígenas, não basta mencioná-los apenas como parte da formação inicial do Brasil: é necessário reconhecê-los como sujeitos históricos diversos, que atuam no presente, produzem conhecimentos, utilizam diferentes tecnologias e reivindicam direitos, territórios e reconhecimento.

Este artigo analisa uma experiência pedagógica desenvolvida durante o Estágio Curricular Obrigatório no Ensino III, em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal João Cavalcanti Ferraz Filho, em Chã de Alegria, Pernambuco. A regência, realizada em duas aulas consecutivas, teve como tema “Dia dos Povos Indígenas: memória histórica, identidade e permanências no Brasil contemporâneo”. O objetivo é discutir de que maneira a problematização de representações estereotipadas,

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, silvyennemarlys@gmail.com;
[2] Professora Orientadora: Mestra, Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, larissa.petrusk@unicap.br.

ISSN: 2358-8829

por meio do levantamento de conhecimentos prévios, da análise de imagens e textos e da produção coletiva de cartazes, pode contribuir para o ensino de História dos povos indígenas.

A relevância da proposta está relacionada à necessidade de superar abordagens homogêneas e folclorizadas, que apresentam os povos indígenas como se compartilhassem uma única cultura ou um modo de vida imutável. A mudança da nomenclatura de "Dia do Índio" para "Dia dos Povos Indígenas", instituída pela Lei nº 14.402/2022 (BRASIL, 2022), também constitui uma oportunidade para discutir a diversidade desses povos e os sentidos históricos e políticos das formas de nomeação. Metodologicamente, o artigo constitui um relato de experiência pedagógica de abordagem qualitativa, elaborado a partir do plano de aula e do relatório do Estágio Curricular Obrigatório no Ensino III. A análise considera a sondagem dos conhecimentos prévios, a exposição dialogada, a leitura de imagens e textos e a produção coletiva de cartazes em duas aulas consecutivas realizadas em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental.

As discussões concentram-se na persistência de representações que associam os povos indígenas exclusivamente a aldeias isoladas e à ausência de tecnologias, bem como na importância de reconhecer sua diversidade e presença contemporânea. A experiência registrada indicou que alguns estudantes apresentavam essas concepções estereotipadas no levantamento inicial e que houve maior envolvimento durante a produção coletiva dos cartazes, embora a participação tenha ocorrido de diferentes maneiras. Embora os registros não permitam afirmar que todos os estudantes modificaram suas concepções, a experiência evidencia o potencial de atividades problematizadoras e colaborativas para promover a reflexão crítica. Nesse sentido, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que ultrapassem abordagens restritas às datas comemorativas e contribuam para o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos plurais e atuantes na sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

A presente produção caracteriza-se como um relato de experiência pedagógica, de abordagem qualitativa, elaborado a partir das atividades desenvolvidas durante o Estágio

Curricular Obrigatório no Ensino III, no componente curricular de História, em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. A experiência ocorreu na Escola Municipal João Cavalcanti Ferraz Filho, localizada no município de Chã de Alegria, Pernambuco, durante a realização de uma regência composta por duas aulas consecutivas.

O planejamento da intervenção teve como tema “Dia dos Povos Indígenas: memória histórica, identidade e permanências no Brasil contemporâneo” e como objetivo discutir a importância histórica e social dos povos indígenas no Brasil, problematizando representações estereotipadas e refletindo sobre a diversidade, os processos de invisibilização e os direitos desses povos na sociedade contemporânea. Para orientar a prática pedagógica, foram utilizados recursos didáticos como slides, imagens e textos informativos, além de questões problematizadoras e uma atividade coletiva de produção de cartazes.

A primeira etapa da aula consistiu no levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, por meio de perguntas sobre quem são os povos indígenas na atualidade, se vivem exclusivamente em aldeias isoladas e por que as formas de representá-los se modificaram ao longo do tempo. As respostas apresentadas permitiram identificar concepções associadas à ideia de que os povos indígenas não utilizam tecnologias e não estão presentes em espaços urbanos ou universitários. A partir dessas manifestações, foi desenvolvida uma exposição dialogada sobre a diversidade dos povos indígenas, a mudança da nomenclatura “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas” e a presença desses sujeitos na sociedade brasileira contemporânea.

Na segunda etapa, os estudantes analisaram imagens e textos informativos, estabelecendo comparações entre representações estereotipadas e aspectos da diversidade indígena contemporânea. Em seguida, participaram da produção coletiva de cartazes com o tema “Povos Indígenas: identidade, luta e resistência no Brasil contemporâneo”. A atividade buscou favorecer a sistematização das discussões realizadas e a expressão de ideias relacionadas à identidade, aos direitos, aos desafios atuais e à valorização cultural dos povos indígenas.

A análise da experiência fundamenta-se nos registros do estágio, no plano de aula e nas observações realizadas durante a regência, considerando o levantamento inicial dos conhecimentos prévios, as interações durante as discussões e o envolvimento dos estudantes na atividade coletiva. Trata-se de uma análise descritiva e reflexiva da prática

pedagógica, não de uma avaliação sistemática da aprendizagem individual. Desse modo, os resultados são discutidos a partir das situações observadas durante as aulas, sem pressupor que todos os estudantes tenham modificado suas concepções após a intervenção.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de História desempenha um papel importante na compreensão das experiências humanas ao longo do tempo e na construção de interpretações sobre os diferentes sujeitos que participam dos processos históricos. Entretanto, a seleção dos conteúdos e as formas de apresentá-los podem contribuir tanto para ampliar a compreensão da diversidade social quanto para reproduzir narrativas que atribuem maior visibilidade a determinados grupos em detrimento de outros. Nesse sentido, Bittencourt (2018) contribui para a reflexão sobre os fundamentos do conhecimento histórico escolar, os conteúdos curriculares e as práticas pedagógicas, evidenciando a importância de pensar criticamente as formas pelas quais a História é ensinada.

No que se refere à história dos povos indígenas no Brasil, a revisão das narrativas históricas constitui um aspecto fundamental para superar interpretações que os apresentam como sujeitos passivos ou restritos ao período da colonização. Almeida (2010) discute as transformações na historiografia indígena e a importância de reconhecer a participação desses povos nos processos históricos brasileiros. Essa perspectiva permite compreender que os indígenas não foram apenas vítimas das ações colonizadoras, mas também sujeitos que desenvolveram estratégias de resistência, negociação e atuação política em diferentes contextos históricos. Assim, o reconhecimento de seu protagonismo contribui para questionar narrativas que sugerem seu desaparecimento ou desconsideram sua participação na formação da sociedade brasileira.

As representações estereotipadas dos povos indígenas estão relacionadas à reprodução de imagens generalizantes, que desconsideram a diversidade étnica, cultural, histórica e social desses povos. Quando são apresentados exclusivamente por meio de referências ao passado colonial, a vestimentas consideradas tradicionais ou a modos de vida associados apenas a aldeias isoladas, os povos indígenas podem ser representados como se compartilhassem uma única identidade e permanecessem alheios às

transformações sociais. Essa abordagem dificulta o reconhecimento de suas diferentes experiências e de sua presença na sociedade contemporânea. A perspectiva historiográfica discutida por Almeida (2010) oferece subsídios para questionar essas concepções, ao destacar a atuação dos indígenas nos processos históricos e a necessidade de compreender suas trajetórias em diferentes temporalidades.

Silva (2002), ao discutir a abordagem da temática indígena no ensino de História, problematiza a reprodução de representações genéricas e estereotipadas que desconsideram a diversidade sociocultural dos povos indígenas e suas experiências históricas. Essas representações podem contribuir para a manutenção de preconceitos e para a compreensão dos povos originários como grupos homogêneos, associados exclusivamente ao passado ou a modos de vida considerados imutáveis. O autor destaca a importância de uma abordagem educacional que questione essas concepções e reconheça os povos indígenas em sua diversidade e participação nos processos históricos.

Essa perspectiva contribui para refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida no estágio, uma vez que as respostas dos estudantes ao levantamento inicial dos conhecimentos prévios evidenciaram concepções que associavam os indígenas à vida em aldeias isoladas e à ausência de tecnologias. Nesse sentido, a problematização dessas ideias constituiu um ponto de partida para discutir a presença dos povos indígenas na sociedade contemporânea.

No contexto educacional brasileiro, a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados. A legislação representa um marco para a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares e reforça a importância de abordar a participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), por sua vez, orienta o desenvolvimento de aprendizagens relacionadas à compreensão dos processos históricos, à diversidade e à análise crítica das relações sociais. Esses documentos fornecem referências para práticas pedagógicas que ultrapassem abordagens pontuais e promovam uma compreensão mais ampla dos diferentes sujeitos históricos.

O reconhecimento da diversidade indígena também exige atenção à presença desses povos no Brasil contemporâneo. A publicação Povos indígenas no Brasil: 2017–

2022, organizada por Ricardo, Klein e Santos (2023), reúne informações sobre diferentes povos e questões relacionadas às suas realidades, constituindo uma fonte de apoio para aproximar o debate escolar de suas experiências atuais. O uso de materiais informativos e de imagens contextualizadas pode contribuir para questionar generalizações, desde que esses recursos sejam analisados criticamente e não reforcem a ideia de que existe uma única forma de ser indígena. Dessa maneira, relacionar passado e presente permite abordar continuidades, transformações, reivindicações por direitos e formas de participação social.

A partir dessas contribuições, o ensino de História pode constituir um espaço de problematização das representações estereotipadas e de valorização dos povos indígenas como sujeitos históricos plurais. Para isso, é importante que as práticas pedagógicas incentivem os estudantes a examinar imagens, textos e narrativas, identificar generalizações e refletir sobre os processos que contribuíram para a invisibilização desses povos. Na experiência pedagógica analisada neste artigo, o levantamento dos conhecimentos prévios, a comparação de imagens e textos e a produção coletiva de cartazes foram utilizados com essa finalidade. A proposta buscou articular o conhecimento histórico à reflexão crítica sobre as representações indígenas, sem restringir sua presença no currículo escolar à abordagem de uma data comemorativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência pedagógica teve início com a apresentação de imagens que retratavam diferentes contextos de vida dos povos indígenas, seguida de perguntas destinadas a identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. Entre as questões propostas estavam: “Quem são os povos indígenas hoje?” e “Eles vivem apenas em aldeias isoladas?”. As respostas evidenciaram que alguns estudantes associavam os povos indígenas exclusivamente a aldeias distantes dos centros urbanos e acreditavam que não utilizavam tecnologias, não tinham acesso à internet ou não frequentavam universidades. Essas manifestações revelaram concepções que desconsideravam a diversidade dos povos indígenas e sua presença na sociedade contemporânea.

As concepções identificadas podem ser discutidas à luz de Silva (2002), que problematiza a reprodução de imagens estereotipadas na abordagem da temática indígena

no ensino de História. Quando determinados modos de vida são apresentados como se fossem comuns a todos os povos indígenas, suas diferenças culturais e experiências históricas podem ser invisibilizadas. Nesse sentido, a sondagem inicial foi importante para orientar a intervenção pedagógica, pois permitiu identificar ideias que precisavam ser problematizadas ao longo das aulas. O objetivo não foi desconsiderar os conhecimentos dos estudantes, mas utilizá-los como ponto de partida para questionar generalizações e ampliar a compreensão sobre a diversidade indígena.

Após o levantamento dos conhecimentos prévios, foi realizada uma exposição dialogada com o apoio de slides que apresentavam diferentes formas de participação dos povos indígenas na sociedade contemporânea. Foram abordados exemplos relacionados à atuação política, ao empreendedorismo, ao artesanato e à formação universitária, buscando ampliar as referências dos estudantes sobre a diversidade de trajetórias e espaços de atuação desses povos. Durante a apresentação, os estudantes demonstraram surpresa ao perceber que os indígenas não vivem exclusivamente em aldeias e que também estão presentes nos espaços urbanos, nas universidades e na política. Essa reação evidenciou o contraste entre algumas concepções previamente manifestadas e os exemplos apresentados durante a aula.

A discussão permitiu refletir sobre como representações que associam os povos indígenas a um modo de vida único podem limitar a compreensão de suas experiências históricas e contemporâneas. A presença indígena em espaços urbanos, universitários e políticos não implica o abandono de identidades, culturas ou vínculos comunitários, uma vez que as experiências desses povos são diversas e não podem ser compreendidas a partir de um único padrão. Nesse sentido, a contribuição de Silva (2002) auxilia a problematizar as generalizações identificadas e reforça a importância de um ensino de História que reconheça os povos indígenas como sujeitos históricos plurais, com diferentes formas de organização e participação social.

Na segunda aula, a análise de imagens comparativas e textos informativos deu continuidade às discussões sobre as representações dos povos indígenas, retomando questões relacionadas à diversidade, à invisibilização histórica e ao reconhecimento de direitos. Em seguida, os estudantes foram organizados em grupos para produzir cartazes com o tema “Povos Indígenas: identidade, luta e resistência no Brasil contemporâneo”. A atividade buscou sistematizar as discussões realizadas, contemplando a diversidade

indígena, a mudança da nomenclatura da data comemorativa, os desafios enfrentados na atualidade e a valorização das contribuições desses povos para a sociedade brasileira.

Durante a elaboração dos cartazes, observou-se maior envolvimento dos estudantes, com momentos de colaboração e troca de ideias. Esse aspecto contrastou com a participação oral mais tímida observada em alguns momentos da exposição dialogada, sugerindo que diferentes estratégias pedagógicas podem proporcionar distintas formas de participação em sala de aula. A atividade coletiva favoreceu oportunidades de interação e expressão das ideias discutidas, embora a observação do envolvimento não permita, por si só, comprovar a aprendizagem individual de cada estudante.

Como não foi realizada uma avaliação posterior sistemática, não é possível afirmar em que medida os estudantes modificaram suas concepções iniciais. Assim, os resultados devem ser compreendidos a partir das observações realizadas durante a regência, reconhecendo tanto as possibilidades das atividades problematizadoras e colaborativas quanto os limites de uma intervenção desenvolvida em apenas duas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir de que maneira a problematização de representações estereotipadas, por meio do levantamento de conhecimentos prévios, da análise de imagens e textos e da produção coletiva de cartazes, pode contribuir para o ensino de História dos povos indígenas. A experiência desenvolvida durante o Estágio Curricular Obrigatório no Ensino III, em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, possibilitou refletir sobre a presença de concepções generalizantes acerca desses povos e sobre a importância de práticas pedagógicas que favoreçam o questionamento dessas representações.

O levantamento dos conhecimentos prévios evidenciou que alguns estudantes associavam os povos indígenas exclusivamente à vida em aldeias isoladas e à ausência de tecnologias e de acesso a determinados espaços educacionais e sociais. A exposição dialogada, apoiada em exemplos da diversidade de trajetórias indígenas na sociedade contemporânea, provocou surpresa entre os estudantes e possibilitou ampliar a discussão para além das imagens tradicionalmente difundidas. A análise de imagens e textos,

seguida da produção coletiva de cartazes, favoreceu momentos de colaboração, troca de ideias e expressão das reflexões desenvolvidas durante as aulas.

A experiência reforça a importância de reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos plurais, com diferentes experiências, identidades, formas de organização e participação na sociedade brasileira. Nesse sentido, o ensino de História pode contribuir para questionar representações que os vinculam exclusivamente ao passado ou a modos de vida considerados imutáveis. Também se destaca a necessidade de abordar a história e a cultura indígenas de maneira contínua no currículo escolar, para além das datas comemorativas, articulando diferentes temporalidades e valorizando a diversidade dos povos originários.

Entretanto, os resultados devem ser compreendidos considerando os limites da experiência, desenvolvida em apenas duas aulas e sem avaliação posterior sistemática que permitisse verificar individualmente possíveis mudanças nas concepções dos estudantes. Assim, não é possível afirmar que todos modificaram suas percepções, embora as observações realizadas tenham indicado interesse pelo tema e maior envolvimento durante a atividade coletiva. A experiência contribuiu, portanto, para a reflexão sobre as possibilidades e os desafios de desenvolver práticas pedagógicas problematizadoras e participativas no ensino de História, reafirmando a importância de uma abordagem comprometida com o reconhecimento da diversidade e do protagonismo histórico dos povos indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Representação; Estereótipos; Ensino de História; Prática Pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14402.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 10 abr. 2026.

RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (editores responsáveis). **Povos indígenas no Brasil: 2017–2022.** 2. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed. Acesso em: 12 abr. 2026.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino,** Londrina, v. 8, p. 45–61, 2002. DOI: https://doi.org/10.5433/2238-3018.2002v8n0p45. Acesso em: 12 abr. 2026.